

Acordo com FMI chega ao Senado

■ Parte do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões será votada até quinta-feira. Setor público terá de reduzir necessidades de financiamento

Brasília — Carlos Eduardo

SÍLVIA MUGNATTO
E CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA — Parte do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que pode render ao país US\$ 41,5 bilhões, será votada pelo Senado até quinta-feira. Antes mesmo de o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregar oficialmente os textos da negociação ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), ontem à tarde, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que será o relator do acordo, já tinha o esboço de seu parecer.

O *Memorando Técnico de Entendimento*, aprovado pelo FMI, prevê a entrada de R\$ 8,190 bilhões em receitas de concessões nos caixas do governo federal em 1999. Todos os critérios de desempenho acertados com o Fundo — que devem ser cumpridos sob pena de o dinheiro não ser liberado — serão avaliados a cada dois meses. O setor público brasileiro, por exemplo, terá que reduzir sua necessidade de financiamento dos R\$ 72,879 bilhões previstos para o fim deste ano para R\$ 28,565 bilhões no fim de junho do ano que vem.

Outro critério de desempenho para avaliação dos técnicos do FMI será o saldo da dívida externa total do setor público não-financeiro (das três esferas de governo, empresas públicas e sistema previdenciário). Pelo acordo, este saldo que era de US\$ 85,766 bilhões em setembro, só poderá crescer 6,23% entre janeiro e junho de 1999, chegando a US\$ 93,235 bilhões. O Fundo também estabeleceu um teto de US\$ 1 bilhão para a dívida externa pendente com garantia pública.

Hoje, os senadores recebem os documentos referentes à ajuda internacional. Às 17h, Malan presta depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre os termos do acordo. A estratégia do governo é garantir a votação na CAE amanhã, já que é previsível que os senadores peçam vistas do processo, dado que terão apenas algumas horas para examinar os papéis. Em seguida, o acordo receberia regime de urgência para ser votado pelo plenário na quinta-feira. Como se trata de matéria privativa do Senado, não é necessário o exame da Câmara.

O FMI deverá pôr à disposição do país US\$ 18,1 bilhões, dos quais cerca de US\$ 15,7 bilhões deverão estar disponíveis até o fim de 1999. Com os empréstimos de outros organismos, a ajuda sobe para US\$ 41,5 bilhões. Na estimativa feita pelo governo brasileiro, as reservas cambiais do país devem fechar novembro de 1998 na faixa de US\$ 41 bilhões.

Já na época da primeira avaliação do acordo pelo FMI, entre 15 de dezembro de 1998 e 28 de fevereiro de 1999, o Brasil terá que ter promulgado a emenda constitucional da Previdência e aprovado “as medidas relativas a receitas e gastos suficientes para assegurar que as metas do programa fiscal para 1999 sejam alcançáveis”, de acordo com o texto do *Memorando*. Os técnicos do Banco Central terão que fornecer ao FMI dados diários sobre a posição das reservas internacionais brasileiras.

O Brasil manteve a meta de valorizar o dólar em 7,5% em 1999 diante de uma inflação estimada em 2%. Segundo o acordo, o dólar vai sair de R\$ 1,205 no início de janeiro para R\$ 1,295 em dezembro de 1999.



O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, recebeu de Malan os detalhes do acordo com o FMI